

Mesa Redonda 2

Tema: Gestão institucional da documentação iconográfica e musical

Documentos iconográficos e musicais na Biblioteca Nacional: histórico, gestão e tratamento

Luciana Grings

Biblioteca Nacional; Vice-presidente AIBM/IAML-Brasil

Herdeiras das opulentas coleções da realeza do século XVIII ou modernas instituições de constituição da identidade das jovens nações, as bibliotecas nacionais são, sem sombra de dúvida, guardiãs de incalculáveis tesouros da humanidade. A natureza enciclopédica destas instituições permite que seus acervos abarquem diversas tipologias documentais, passando pelos manuscritos únicos, pelas produções artísticas e chegando às luxuosas edições dos livros contemporâneos. Nos prédios das bibliotecas nacionais, pesquisadores podem fazer um passeio histórico completo ao mero percorrer de estantes que, no mais das vezes, contêm séculos de história num passar de olhos.

Na Biblioteca Nacional do Brasil não é diferente. Seu acervo, herdado da Real Biblioteca de Portugal, foi trazido para o país quando da mudança da Família Real portuguesa no início do século XIX. As milhares de peças da Real Biblioteca e da Casa do Infantado que vieram parar em solo brasileiro chegaram em duas remessas, entre 1810 e 1811. Na coleção, de grande estima de D. João VI, já estavam peças como os dois exemplares da Bíblia de Mogúncia e os belos livros de horas que hoje compõem o acervo raro da instituição. Para acomodar a coleção, D. João designou primeiramente o Hospital da Ordem Terceira do Carmo, então localizado na Rua Direita (hoje Av. Primeiro de Março), em frente ao Paço Imperial. Verificando a precariedade do local, logo determinou a mudança para as catacumbas da mesma Ordem. Este ato, datado de 29 de outubro de 1810, é considerado o ato fundador da Biblioteca Nacional em solo brasileiro.

Com a segunda remessa dos livros da Real Biblioteca veio Luís Joaquim dos Santos Marrocos, que aqui chegou com a incumbência de ser o “bibliotecário do Rei”, alcunha pela qual é conhecido até hoje. Em suas cartas, enviadas entre 1811 e 1821 à família que permaneceu em Portugal e da qual há transcrição no v. 56 dos Anais da Biblioteca Nacional, estão relatos preciosos do tratamento dado ao acervo ainda à época da Corte. É dele, por exemplo, o pedido ao pai para que enviasse “uma cópia do sistema de classificação bibliográfica feita pelo Dr. Antônio Ribeiro dos Santos para a biblioteca pública: são papelinhos aqui de muita estimação, pois é terra de tudo estéril” (CARTAS, 1938, p. 46).

A coleção de Antonio de Araújo de Azevedo, Conde da Barca, é a parte da coleção formadora que veio junto com a Família Real, mas só foi incorporada à Biblioteca Pública e Imperial da Corte em 1819. A aquisição foi feita em leilão pelo frei Joaquim Dâmaso, um dos “prefeitos” encarregados por D. João de administrar a preciosa biblioteca. Como a coleção Araujense, muitas outras vieram a fazer parte do grande acervo da Biblioteca Nacional, através de compras ou doações. Outro bom exemplo é a grande Coleção Thereza Christina Maria, doada pelo imperador D. Pedro II depois do falecimento da esposa, e que é até hoje a maior doação já recebida pela Biblioteca.

O modelo de organização do acervo da Biblioteca Nacional não permite que as coleções recebidas permaneçam integralmente juntas: os materiais são separados, armazenados e tratados de acordo com suas especificidades e naturezas documentais. Enquanto o acervo corrente não para de crescer, majoritariamente por força do depósito legal, as seções ditas especializadas da BN são responsáveis pela guarda e tratamento da maioria dos materiais históricos e das doações de peças como manuscritos e materiais iconográficos em exemplares únicos.

Essa separação dos acervos constituiu, até há pouco tempo, um certo entrave para uma eventual pesquisa multicoleções, já que obrigava o pesquisador a repetir as consultas a cada tipologia documental que desejasse investigar. Mais: subentendia que o pesquisador soubesse exatamente em que acervo se encontra o material que deseja consultar. Atualmente, a estrutura de dados permite que uma só busca traga todos os resultados disponíveis na totalidade da coleção da Biblioteca, melhorando não só a pesquisa, como também uniformizando os procedimentos de tratamento técnico desenvolvidos pelas diferentes equipes responsáveis pelos acervos. Veremos a seguir

com um pouco mais de detalhes dois deles: a seção de Iconografia e de Música.

A Seção de Iconografia

Seria redundante dizer que a Seção de Iconografia é das mais icônicas da Biblioteca Nacional. Como setor, estabeleceu-se em 1876, quando a Biblioteca, já chamada Nacional, estava sob a direção de Benjamin Franklin Ramiz Galvão, barão de Ramiz. Por força do Decreto 6141, o acervo foi inicialmente dividido em três seções especializadas, de acordo com a natureza dos documentos. A terceira seção foi designada como Seção de Estampas, para cuidar do volume já expressivo de trabalhos pertinentes. Pertenciam à coleção, já naquela época, peças ilustres como as impressões da tipografia do Arco do Cego, a coleção de estampas de Diogo Barbosa Machado e a já citada coleção do Conde da Barca.



Figura 1 - Giovanni Battista Scultori. Amor tocando cravo. [séc. XVI]. Coleção Real Bibliotheca

Das figuras de maior destaque no desenvolvimento da seção, é justo citar José Zefirino de Menezes Brum, primeiro chefe da seção, e Lygia Fonseca Fernandes da Cunha, bibliotecária e museóloga.

José Zefirino Menezes Brum era, antes de tudo, um dedicado estudioso. Coube a ele a tarefa de catalogar a parte iconográfica da Coleção Diogo Barbosa Machado, que faz parte do conjunto documental trazido por Luís de Marrocos na segunda leva de peças da Real Biblioteca. A coleção em oito volumes foi restaurada em 1893, ocasião em que Menezes Brum aproveitou para redigir o minucioso catálogo que publicou nos Anais da Biblioteca.

É também de sua lavra um estudo dedicado ao Conde da Barca e, em particular, à polêmica compra de sua coleção pela Biblioteca Nacional. Uma parte dela também pertence à seção de Estampas, conforme publicado no segundo volume dos Anais - incluindo o famoso Grand Théâtre de l'Univers, coleção de 130 volumes organizada pelo holandês Goswinus Uilenbroeck no século XVIII. No exemplar araujense faltam cinco volumes da coleção, que traz, em grande formato, estampas de cidades, paisagens, cenas e personagens históricos.

No ano de 1885, com a publicação do valioso Catálogo da Exposição Permanente dos Cimélios da Biblioteca, Menezes Brum orgulhosamente escreveu:

a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro pode ufanar-se de possuir uma coleção iconográfica digna de qualquer biblioteca de primeira ordem, contendo numerosos desenhos originais, principalmente da escola italiana, para mais de trinta mil estampas de quase todos os mestres de todas as escolas, dentre as quais muitíssimas obras primorosas, grande número de estampas raras e algumas peças *únicas*, que não se acham alhures (BRUM, 1885, p. 556. Grifo no original)

Na mesma publicação, Menezes Brum fez constar um precioso registro das técnicas de processamento técnico adotadas na seção, não sem pontuar a importante atuação do diretor Ramiz Galvão no estabelecimento das melhores práticas bibliotecárias em toda a Biblioteca. O Bibliotecário foi encarregado, em 1873, de observar as rotinas adotadas nas bibliotecas europeias para adotar o que fosse pertinente aqui. Desta observação partiu o modelo administrativo adotado em 1876, de organização por seções especializadas por tipo de material. Entretanto, observou Menezes Brum que

a seção de estampas não foi adequadamente acomodada no prédio que a Biblioteca ocupava desde 1858, à rua da Lapa, já que “lhe comberam [sic] em partilha apenas duas pequenas salas no 3. andar, mal mobiliadas e insuficientes para as suas necessidades e serviços”. Lá havia

somente 2 estantes e 2 grandes mesas toscas: naquelas estavam arrumadas a livraria especial sobre iconografia e boas artes e as estampas encadernadas em volumes; as estampas avulsas achavam-se metidas em pastas de diversos tamanhos amontoadas sobre as duas grandes mesas; e a Coleção Araujense arranjada do melhor modo possível no soalho de uma das salas da Seção (BRUM, 1885, p. 578-580).

Já constavam na seção, à época, cerca de 30 mil estampas. Além disso, em 1896, o então diretor José Alexandre Teixeira de Mello reuniu a coleção numismática da Biblioteca, que andava espalhada em vitrinas pelo prédio, e acomodou todo o material junto da seção de Estampas. À época, era uma vultosa coleção de mais de 25 mil peças, entre moedas, cédulas e medalhas, e grande parte destas foi adquirida junto ao Museu Nacional – para onde retornaram cerca de 25 anos depois, quando a seção de numismática foi extinta.



Figura 2 - Álbum de vistas da Bibliotheca Nacional. Secção de estampas. 1902. Foto de Antonio Luiz Ferreira

Menezes Brum explicou que o processamento das estampas era feito em três etapas: classificação, arranjo e colocação, e limpeza, concerto, restauração e montagem. Para classificar as peças, usava-se o sistema adotado na Biblioteca Nacional da França, “com ligeiras modificações que pareceram necessárias à nossa” (BRUM, 1855, p. 579). O catálogo oferecia três entradas: por escolas, o pesquisador encontraria os nomes dos gravadores em ordem cronológica de nascimento, seguidos por um breve artigo biográfico e a descrição das estampas disponíveis; por matérias, os assuntos das estampas eram colocados em ordem alfabética; e pelo catálogo alfabético geral, que permitia a pesquisa por artistas e as devidas remissivas. A ordem cronológica proposta na organização por escolas não foi posta em prática enquanto a totalidade das estampas não fosse conhecida, segundo o chefe da seção, mas este era o catálogo mais completo dos três, com cerca de onze mil estampas descritas. Nas entradas por matérias constavam cerca de 2 mil estampas, e no catálogo alfabético geral não havia mais de mil peças.

O sistema da Biblioteca da França a que Menezes Brum se refere era o sistema de Brunet (BETTENCOURT, 2011), e sua adoção é um importante marco na historiografia da documentação no Brasil. Fica claro, entretanto, que a catalogação das seções da Biblioteca era feita de forma totalmente independente: cada uma tinha suas próprias rotinas e extraía seus próprios “bilhetes impressos” e “cartões alfabéticos” para seus catálogos.

Em 1910, na gestão de Manuel Cícero Peregrino da Silva, ocorre a mudança da Biblioteca para o prédio que ocupa até hoje, na Avenida Rio Branco; e a seção de estampas foi distribuída na ala esquerda. Um novo regulamento para a Biblioteca foi aprovado em 1911, através do decreto 8835. Com ele, a estrutura foi revista e dividida em quatro seções: impressos, manuscritos, estampas e cartas geográficas e moedas e medalhas, destacando o grande acervo numismático. Esta alteração fazia sentido na medida em que o curso de Biblioteconomia, em pleno processo de implantação na Biblioteca Nacional, tinha uma disciplina específica para numismática. O mesmo decreto impôs uma mudança considerável nas rotinas de processamento técnico da instituição: por prever um serviço de bibliografia e documentação em parceria com o Instituto Internacional de Bibliografia de Bruxelas, com vistas ao controle bibliográfico universal, a Biblioteca se obrigou a adotar a Classificação Decimal Universal como método de classificação de seu acervo corrente – mas não o histórico.

Em 1922, na gestão interina de Aurélio Lopes de Souza, novo decreto

reformou a estrutura da BN, extinguindo a seção numismática e incluindo na seção de estampas e cartas geográficas os acervos de “estampas, chapas gravadas, desenhos, fotografias, cartas geográficas e obras de iconografia e cartografia”. Esta organização durou só vinte e dois anos, quando a herética redação do Decreto-Lei 6732, de 1944, dá a entender que a seção continuou lá, subordinada à recém criada Divisão de Preparação. Em 1946, durante a curta e marcante gestão de Rubens Borba de Moraes, uma vez mais um decreto-lei reformou a estrutura da Biblioteca Nacional e foi criada, finalmente, a Seção de Iconografia. Foi também durante o período de Rubens Borba de Moraes que aconteceu a maior reforma em termos de processamento técnico: em 1945 implantou-se a ordem única de registro patrimonial para todo o acervo, adotou-se o Código da American Library Association para a catalogação e a Classificação Decimal de Dewey para a representação temática, criou-se o catálogo de autoridades de nomes e passou-se a seguir o modelo de lista de cabeçalhos de assuntos da Library of Congress para organizar um instrumento de consulta interno para os bibliotecários indexadores.

Era a hora de Lygia Fonseca Fernandes da Cunha fazer história à frente da Seção de Iconografia. A dedicada bibliotecária assumiu a chefia da Seção em 1950 como substituta, passando a titular no ano seguinte, e lá permaneceu por quinze anos. Mesmo depois de se aposentar, em 1982, Lygia permaneceu à frente dos setores de guarda de acervos especializados da Biblioteca. Publicou grande número de estudos sobre as diferentes preciosidades do acervo e seu nome ficou indelevelmente associado à história da Iconografia na Biblioteca Nacional. Lygia não só retomou os estudos sobre importantes coleções fundadoras como a de Diogo Barbosa Machado, como investiu na divulgação de muitos outros tesouros iconográficos, em particular aqueles sobre impressões do Rio de Janeiro.

A Divisão de Música e Arquivo Sonoro

Já a atual Divisão de Música e Arquivo Sonoro tem uma história de desenvolvimento bastante pontual a partir da segunda metade do século passado – iniciada em 1951, quando o então Diretor-Geral da Biblioteca, Eugenio Gomes, delegou à bibliotecária e musicóloga Mercedes Reis Pequeno a tarefa de separar do acervo geral as peças de cunho musical, para compor um acervo temático. Durante algum tempo, a coleção ficou armazenada nos corredores do quarto andar do prédio Sede, sendo que em

abril de 1960 o material reunido ganhou o status de Seção. À época, a recém criada seção já continha tesouros preciosos como as peças oriundas da Real Biblioteca e da Coleção Thereza Christina Maria. Contou Mercedes Reis Pequeno que tinha então especial interesse na coleção da Imperatriz Leopoldina; acreditava ela que documentos importantes deviam ter vindo na bagagem da primeira imperatriz brasileira:

encontrei primeiras edições de muitos compositores que eram famosos na época. Alguns, hoje, são inteiramente desconhecidos, mas a pesquisa tinha que ser feita de prateleira em prateleira, porque o acervo havia sido incorporado à Coleção Thereza Cristina Maria, mas não tinha sido catalogado nem sequer localizado. Eu ia puxando e encontrando um Mozart, um Beethoven, Haydn... Fascinante! (PEQUENO, 2010, p. 183)

A coleção só foi ter uma área condigna no início dos anos 80, quando o Ministério da Educação e Cultura cedeu o espaço do terceiro andar do Palácio Gustavo Capanema, a uma quadra da sede da Biblioteca Nacional. Atualmente, a seção conta com mais de 270 mil peças. Grande parte da coleção é dedicada à música brasileira, mas também têm destaque as partituras em primeiras edições de Mozart, Haydn, Beethoven e muitos outros, e a coleção de Abraão de Carvalho, com mais de 19 mil peças, adquirida na década de 50. Já a coleção do arquivo sonoro, segundo contou Reis Pequeno, foi criada por causa de uma vultosa doação do compositor Renzo Massarani. O italiano naturalizado brasileiro deixou em testamento para a bibliotecária todo o seu arquivo de discos, que só começou a ser tecnicamente tratado na década de 90. Recentemente, em 2015, a Biblioteca recebeu outra grande doação, desta vez da Rádio Tupi, filiada aos Diários Associados: foram mais de trinta e seis mil discos em bom estado de conservação.

Infelizmente, o acesso a todo este precioso acervo está temporariamente impedido. Uma obra de requalificação do Palácio Capanema obrigou os setores da Biblioteca Nacional que lá se encontram a mudar-se para o Centro Empresarial Cidade Nova, popularmente conhecido como prédio do Teleporto, próximo a Prefeitura do Rio de Janeiro. Enquanto a equipe trabalha no processamento técnico da parte do acervo que foi encaminhada para lá, grande parte da coleção permanece interdita no próprio Palácio, com previsão de transferência para o último trimestre de 2017. Até lá, o material que ficou no prédio em obras está sob responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.

Tratamento técnico das coleções

Uma das grandes dificuldades no tratamento técnico executado nas seções especializadas da Biblioteca Nacional é a uniformização de procedimentos. Como se tratam de coleções marcadas, como já vimos, por gestões longas e dedicadas de poucos profissionais, o serviço prestado em cada seção mantinha um caráter muito pessoal. Era comum, portanto, que o trabalho realizado no âmbito do setor encarregado do processamento técnico fosse refeito ao chegar ao setor de guarda, prejudicando a padronização tão cara à prática biblioteconômica.

Até o ano de 2013, a dificuldade era praticamente intransponível, por conta de questões culturais e tecnológicas. A BN ainda mantinha bases de dados separadas para cada um dos acervos, obrigando a consulta em diversas etapas até que o usuário pudesse ter uma visão completa da coleção da instituição. No caso da Divisão de Música, ainda havia bases de dados distintas para cada suporte (partituras, discos, livros e periódicos). Naquele ano, contudo, a aquisição do software bibliográfico Sophia, desenvolvido pela Prima Informática, permitiu que, pela primeira vez, se pudesse ter uma visão de conjunto do que a Biblioteca Nacional abarca em sua preciosa coleção.

O processo de migração e mesclagem das bases de dados de todos os acervos levou quase três anos, já que alguns dos bancos de dados individuais estavam em plataformas diferentes, que demandaram adaptações tecnológicas e conversões de dados. Hoje em dia, entretanto, já é possível efetuar uma consulta só nos catálogos online da BN, na página web da Biblioteca, e obter resultados disponíveis na totalidade dos acervos, ou fazer pesquisas mais específicas de acordo com a necessidade. Para selecionar exclusivamente o acervo, por exemplo, da Divisão de Música, é necessário procurar a “biblioteca” desejada na página de “Busca combinada”. Já para buscar por um tipo de material específico, basta escolher o que se deseja na lista disponível na página de pesquisa. Dentre as possibilidades, pode-se buscar exclusivamente em discos, gravuras, partituras e muitos outros.

A entrada de materiais na coleção da Biblioteca se dá majoritariamente por depósito legal, dispositivo que prevê que pelo menos um exemplar do que é publicado no país seja encaminhado à BN. Dito isto, fica claro que materiais em exemplar único – caso, por exemplo, de desenhos originais ou manuscritos – serão incorporados através de doação. A distribuição das peças se dá de acordo com sua natureza: periódicos vão para tratamento di-

retamente na Coordenadoria de Publicações Seriadas, material monográfico é tratado na Coordenadoria de Serviços Bibliográficos, e materiais especiais vão para tratamento técnico em suas áreas de guarda – caso de discos e cds, encaminhados diretamente à Divisão de Música e Arquivo Sonoro.

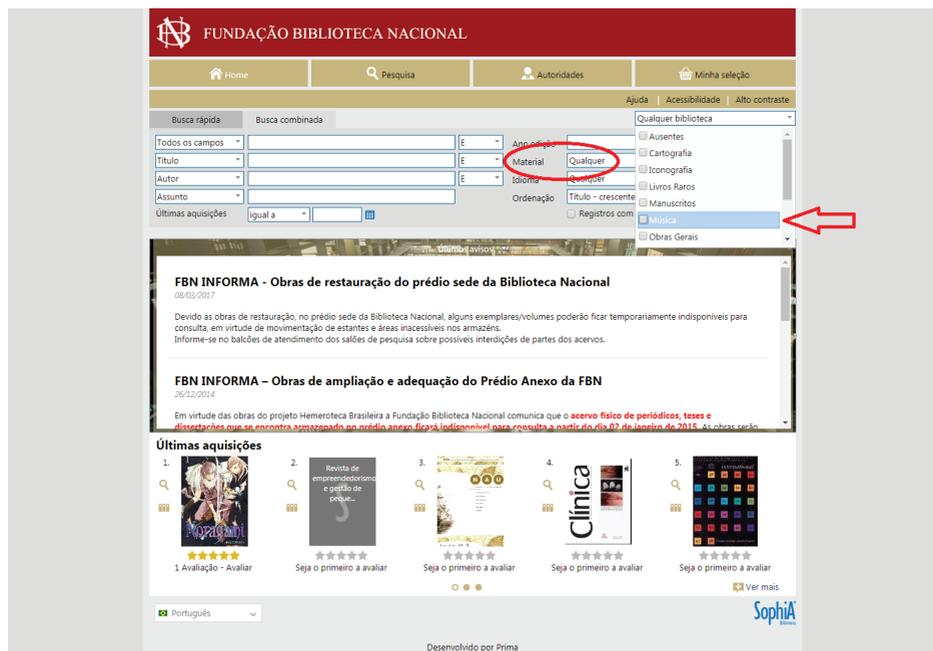


Figura 3 - Página de busca combinada nos acervos da Biblioteca Nacional, com destaque para a seleção de biblioteca e de tipo de material

Independentemente do tipo de suporte, atualmente todo o material do acervo é registrado no mesmo catálogo, que utiliza o formato Marc21 para inserção dos dados bibliográficos. O conteúdo dos registros é produzido, desde 1982, de acordo com as regras do Código de Catalogação Anglo-Americano 2. edição. A vantagem de utilizar estes padrões de descrição é evidente, uma vez que proporciona uma grande margem de compartilhamento de informações com instituições do mundo todo. A mais recente iniciativa neste sentido foi a adesão da Biblioteca Nacional ao Virtual International Authority File – VIAF, consórcio formalizado em 2003 e administrado pelo OCLC (Online Computer Library Center) desde 2012. Trata-se de um consórcio de agências catalogadoras para disponibilizar, em um único repositório, registros de autoridades (pontos de acesso padronizados) para consulta

e utilização em unidades de informação. O banco de dados do VIAF congrega dados de 35 bibliotecas nacionais de 30 países, e a Biblioteca Nacional do Brasil, passada a fase de testes, contribuirá com seu banco de mais de 373 mil registros.

Os únicos materiais processados em rotinas distintas na Biblioteca são os da coleção da BN Digital, que possui uma equipe exclusiva dedicada ao tratamento técnico. Os registros da BN Digital incluem não só a descrição do documento no formato Marc21, como também outros metadados no padrão Dublin Core. Estes registros também são compartilhados através da web, não só no portal da BN Digital, como em outros repositórios, como a Biblioteca Digital Mundial. A BN do Brasil, única instituição lusófona fundadora da BDM, compartilha atualmente seus recursos com mais 200 parceiros internacionais. Assim, fica claro o avanço do processamento técnico da Biblioteca Nacional do Brasil rumo à interoperabilidade de seus registros e recursos. A maior instituição da cultura brasileira está permanentemente buscando oferecer os melhores serviços aos usuários, remotos ou presenciais.

Referências

- BETTENCOURT, Angela Monteiro. **A Representação da Informação na Biblioteca Nacional do Brasil: do documento tradicional ao digital.** 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2011.
- BRUM, José Zefirino de Menezes. Secção de Estampas. In: BIBLIOTECA NACIONAL. **Catálogo da Exposição Permanente dos Címélios da Bibliotheca Nacional.** Rio de Janeiro, 1885. p. 553-589.
- CARTAS de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. **Anais da Biblioteca Nacional,** Rio de Janeiro, v. 56, 1938.
- PEQUENO, Mercedes Reis. Mercedes Reis Pequeno, pioneira na biblioteconomia musical no Brasil. **Revista Brasileira de Música,** Rio de Janeiro, v. 23, n.1, p. 181-189, 2010. Disponível em: < <http://rbm.musica.ufrj.br/edicoes/rbm23-1/rbm23-1-10-memoria-entrevista.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

PINHEIRO, Andréa de Souza; MUNIZ, Luciana. **Conde da Barca**: política, ciências e saberes na Biblioteca de um diplomata português. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-nacional-200=-anos/?sub-as-colecoes-formadoras%2Fconde-da-barca-politica-ciencias-e-saberes-na-biblioteca-de-um-diplomata-portugues%2F>> . Acesso em: 27 jun. 2017.

SANTOS, Renata; RIBEIRO, Marcus Venicio; LYRA, Maria de Lourdes Viana. **O Acervo Iconográfico da Biblioteca Nacional**: estudos de Lygia da Fonseca Fernandes Cunha. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

SCHWARZ, Lilia Moritz. **A História de uma Biblioteca**: a Real Biblioteca e a sina comum e apartada de Brasil e Portugal. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-nacional-200-anos/?sub=as-colecoes-formadoras%2Fa-historia-de-uma-biblioteca-a-real-biblioteca-e-a-sina-comum-e-apartada-de-brasil-e-portugal%2F>> . Acesso em: 27 jun. 2017.